

Aos 04 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se por plataforma digital os membros do Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais: Ana Lucia Rodrigues (13:22h – 15:02h), Anderson Dias do Rosário (13:20h – 15:01h), Angela Branco Guimarães (13:32h - 14:06h), Carolline Pereira de Araújo Maia (13:34h – 15:02h), Domingas de Fátima Cardoso Amaral (13:24 – 15:01h), Isabel Cristina Zarpelon Trevisan (13:42h – 15:02h), Juliana Grebe Rosa Ferraz (13:16h – 15:02h), Leila Gonçalves de Carvalho (13:21h – 15:01h), Louise Alves Schirmer (13:59 – 15:01h), Luiz Carlos Costa da Silva (13:24h – 15:02h), Marilza Aparecida Pereira Teixeira (13:18h – 15:02h), Marinês Gabriela Christoff Jarek (13:24h – 15:02h), Marlucy Cristine de Oliveira Ferreira (13:34h – 15:02h), Raquel Santana (13:27h – 15:02h), Rodrigo Cardozo Gomes (13:24h – 15:02h), Sônia Regina Corrêa Mafra (13:15h – 15:02h), Stela Regina G. Wontroba (13:15h – 15:02h) e os convidados: Miliana de Cássia Soares (13:57h – 15:01) e Marillette Kuhnen (13:16h – 14:44h), tendo como pauta: 1- Faltas justificadas/injustificadas de Conselheiros; 1.1- Aprovação da Ata; 1.2- Desistência e Inclusão de Conselheiros; 2- Escola Olavo Bilac; 3- Escolas Particulares (Pareceres, PPPs...); 4- Processo CEI Corujinha do Saber; 5- Correspondências emitidas e recebidas.

A 6ª Reunião Ordinária do Pleno se inicia com a Presidente do Conselho Municipal de Educação Ana Lucia Rodrigues verificando a existência de quórum, anuncia que na manhã seguinte (dia 05-08), sairá a nomeação dos novos Conselheiros e em seguida dá início com a pauta: “As faltas justificadas e injustificadas de Conselheiros, a Carmem havia colocado que estaria presente, mas por um problema ela justificou no e-mail que não poderá participar. Ela é a representante das escolas particulares. O senhor Henrique também justificou a sua ausência, ele é Suplente. O Nélcio justificou a sua ausência porque ele tem uma audiência, e a Clicie também justificou a sua ausência porque ela está trabalhando junto com o pessoal do PSS, não sei se ela vai conseguir entrar. São essas as pessoas que justificaram as ausências, eu não tenho dos demais. Lembrando que a justificativa deve ser por e-mail. A nossa próxima pauta seria a aprovação da Ata, a Ata foi encaminhada na terça-feira. Alguém tem colocações? Alguns já se manifestaram por e-mail, então, por favor, quem não se manifestou, coloque no e-mail por favor se aprova ou ao tem alterações. A pauta 1.2 seria a desistência e inclusão de Conselheiros, amanhã sai a nomeação dos Conselheiros que nós estamos aguardando desde maio/abril. Fizemos a indicação no início de março da Débora, do José Eduardo, da Madalena, da Marillete e da Miliana. Amanhã sai as nomeações. E retornando, o José também justificou a ausência, nós temos os nomes de duas pessoas que são as representantes do CAE que será a Lilian Laine Daniel da Silva como Titular e o seu Afonso Rendak que é o Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, como Suplente. O SINSEP encaminhou a ata, eles fizeram novamente uma nova Assembleia, encaminharam a Ata da Assembleia e encaminharam também o Edital de convocação e a cópia do que eles colocaram no Jornal do Município, então ficou a Mônica Taís Neves Silva como Titular e Elaine de Azevedo como Suplente. Portanto, são os novos Conselheiros que vão participar. E temos a desistência da Conselheira Larissa Marinho Duarte que seria representante do setor de Alimentação aqui nosso da Divisão de Alimentação, então nós enviaremos um novo Ofício solicitando um novo membro. Aí nós precisaremos ver só a questão do Anderson, não é, Anderson? Porque ele está como representante da Divisão de Estrutura, mas agora ele passou para o Compra de Vagas. E aí nós também vamos ver essa situação para podermos encaminhar esses novos Conselheiros para não ficar uma nomeação para o ano que vem. Então são essas as desistências e inclusões de Conselheiros. A Ata está aprovada!, É a Ata da Reunião do dia 02/06. Por favor, se manifestem ali. E aí ficaremos com a de hoje e a Extraordinária, a Extraordinária é do dia 30/06. Também na próxima segunda-feira, eu coloco como segunda-feira como certo, iniciará o Thiago Haas que será o nosso administrativo que está vindo para o Conselho Municipal de Educação. Hoje que eu

consegui falar com ele pelo telefone, eu estou desde a semana passada tentando, aí ele se justificou, hoje mesmo ele vai falar com a chefia dele e eu coloco como segunda-feira, mas se ele pudesse, vir amanhã. Eu disse para ele que era para ter vindo já faz tempo, pode começar imediatamente. O Regimento do Conselho coloca que a pessoa que vir trabalhar para o Conselho tem que vir com anuência, conversando com a Presidente para ver se aceita ou não e eu disse que to aceitando qualquer um, sabendo fazer Ofício, tem formação, é administrativo? Vamos embora! (A Presidente brinca). Na urgência que nós estamos, nós precisamos realmente, claro que nós conversamos, ele é qualificado, mas a intenção é que venha logo porque nós precisamos de mãos para contribuir nesse momento. A próxima pauta então, Olavo Bilac, a escola encaminhou um Ofício para a SEMED, ela já havia encaminhado aqui para o Conselho, e depois veio também o da SEMED e a escola encaminhou assim: 'Solicitamos a suspensão do sábado letivo previsto para 30/07, conforme calendário escolar, em nossa Unidade de Ensino. Informamos que o mesmo ocorrerá no mês de agosto, mas em data ainda a ser definida conforme instruções do Departamento do Ensino Fundamental. Nossa unidade está passando por reformas que ainda não terminaram, portanto, sem condições de receber as famílias na data prevista anteriormente.' Porque é sempre um transtorno chamar as famílias ainda com questões de obra. Ela entrou em contato comigo no recesso e eu solicitei que ela entrasse em contato também com a Cristiani, Diretora do Fundamental. E aí o Secretário e a Cristiani enviaram Ofício 'Viemos através deste informar a este Conselho que a Escola Municipal Olavo Bilac retornaram as aulas no dia 27, devido a reforma que estava acontecendo na mesma. Também a pedido da Unidade (em anexo) não acontecerá o sábado letivo. Ambos os dias serão repostos e as datas serão comunicadas.' Então, elas não começaram as aulas no dia 27, portanto eles têm que repor o sábado letivo e o dia 26. Eles vão enviar as novas datas para nós. Nós precisávamos comunicar isso ao Conselho porque é isso que diz a nossa Deliberação e aí vem as datas também para a nossa aprovação. Serão repostas nos horários dispensados, 4 horas por período do dia 26 e as 4 horas do sábado letivo com atividades da família. Aí nós temos as Escolas Particulares, os PPPs. Nós já começamos então com as aprovações dos PPPs, nós temos das Unidades Particulares. Os nossos do Público que é da rede Pública, eles venceram a pauta, deram retorno para as Unidades, as Unidades agora irão dar o retorno. Depois eu peço para o Rodrigo se manifestar que é um dos responsáveis, a Raquel é do Fundamental e a Miliana que é do Infantil. Nós fizemos um cronograma interno para poder então com essas Unidades virem e eles já receberam as alterações, eles irão enviar e verificar se foram feitas as alterações para poder vir a alteração então do Conselho Municipal de Educação. Das particulares isso já foi feito, eles encaminharam e nós temos 9 e estão certas, todas estão corretas não é, Rodrigo?" O Conselheiro Rodrigo responde: "Sim, Ana. Essas que estão aí da Rede Particular estão revisadas, foram arrumadas, retornaram e estão prontas." A Presidente Ana Lucia prossegue: "Estão só aguardando a homologação do Conselho: Centro de Educação Cristã Heaven Kids, Escola Educando para o Futuro, Escola Educação Infantil Nova Era Criativa, Escola Estação Criança, Escola Pequeno Polegar, CEI Primeiros Passos, Colégio Exemplar e CEAK Centro de Educação Anneliese Krigsner. Então foram essas 9 Unidades. Alguém contrário a aprovação desses PPPs? Lembrando que, a análise é feita também pelos Conselheiros, então, a Miliana não está aqui, mas ela já deu o Parecer dela favorável também e isso consta na folha do processo que recebemos. O Rodrigo já colocou também que foram aprovadas essas unidades particulares. Preciso saber se há alguma manifestação contrária." Sem manifestações contrárias, a Presidente Ana dá como aprovado. A Presidente Ana Lucia Rodrigues prossegue: "Aprovados esses 9 PPPs. Nós temos muitos ainda. Temos os processos de Escolas Particulares também enviados pela Divisão de Estrutura. Rodrigo, pode falar." O Conselheiro Rodrigo se pronuncia: "Ana, antes de pular para o próximo item, eu posso esclarecer só umas questõeszinhas do PPP rapidinho?" A Presidente Ana Lucia

permite e o Conselheiro Rodrigo continua: “Então assim, pessoal, só esclarecendo, todas as Unidades cumpriram o prazo que nós determinamos aqui no Conselho. Algumas Unidades realmente fizeram o trabalho como foi pedido havendo poucas correções, outras Unidades tiveram muitas correções para serem realizadas, por isso que nós tivemos que estender o nosso prazo um pouquinho, conforme nós conversamos na última reunião. A Rede Particular já foi nos dando as devolutivas imediatamente, e assim, como foi dividido? Aqui na Divisão de Estrutura, a Ana Paula viu os PPPs da Rede Particular, a Noeli viu da Rede Pública Fundamental e a Telma da Rede Infantil Municipal. Sempre comigo junto e nos Departamentos, de Infantil a Miliana viu o da Rede Particular e Pública do Infantil e ela é do Conselho, e no Especial foram as meninas do Departamento Especial que viram também, tinha Conselheiros lá, e a Raquel no Fundamental. Portanto, nós estávamos a todo o momento entre Conselho e Secretaria vendo esses PPPs. O da Rede Pública nós tivemos aí, como eu falei para vocês, bastante correções a serem feitas, então trabalhamos um prazo com eles, até o dia 10 de agosto eles vão trazer as devolutivas finais para nós. Nós já enviamos para as Unidades com as pequenas correções finais que tinha, eles têm até o dia 10 de agosto para estar nos voltando esses documentos prontos para que na próxima reunião, se eu não estou enganado é dia 01 de setembro nossa do Conselho, a gente já esteja com todos esses PPPs da Rede Pública CMEI, Especial e Fundamental, todos em mãos para a aprovação. Está bom?” A Presidente Ana passa a fala para a Vice-Presidente Raquel que inicia: “Só rapidamente falando, foi eu e a Sirlene que corrigimos os PPPs do Fundamental e quero dizer que as Unidades fizeram um importante trabalho, esse trabalho é bem importante mesmo, mas ressaltando o que o Rodrigo falou, de fato algumas Unidades tem algumas correções e algumas omissões de parte do PPP que não foram de fato feitas. E esse trabalho foi todo sinalizado via e-mail, sinalizando item, a página e o que deveria ser corrigido. Então, agora as Unidades estão devolvendo todo esse trabalho de correção, mas foi um importante trabalho e nós percebemos diversidade da Rede, umas fizeram com qualidade, completo e na condição que todos tiveram, nós sabemos que foi um tempo difícil, não é? Mas cada um com a sua qualidade, seu tempo e sua condição entregaram como foi possível. Na correção aparece muito bem as questões até de quem não conseguiu no tempo hábil completar como deveria e agora tem esse trabalho pela frente.” A Presidente Ana Lucia passa a fala para o Conselheiro Anderson que inicia: “Ana, só para contribuir com a fala do Rodrigo, as correções do Especial quem fez foi o pessoal do Especial, a mesma do Departamento, mas aí passou pela minha mão toda a questão do Sumário, tudo mais ali que havia sido corrigido, então agora, com a minha saída da Estrutura, ficou somente para analisar se havia sido feita as alterações conforme nós tínhamos solicitado junto ao Departamento do Especial. Aí só teria que ver essa questão porque hoje do Especial, quem realmente está é a Clície, porém, lá eles fizeram uma divisão, como tem a Ariane de um grupo específico do Especial, a Leila é de outro grupo, e no memorando aí está o meu nome no Especial. Então, fico a disposição ainda por mais que eu não esteja na Estrutura caso eu tenha que contribuir com alguma situação.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues agradece a fala dos Conselheiros Anderson, Rodrigo e Raquel e prossegue com a reunião: “Antes de passar os nomes, os processos que nós temos das escolas particulares que seria o item 4, ele está como CEI Corujinha do Saber porque era só esse até então, e eu acabei não colocando o nome dos outros. Mas nós temos 7 processos antes de passar para a aquisição de vagas porque entra nos Pareceres que é no item 3. Nós temos aqui a relação de escolas que tem contratos Pré I e Pré II. Luiz, você pode fazer a leitura e explicar as escolas de contratação, as de novas contratações e as renovações.” O Conselheiro Luiz inicia: “Então, como houve aquela conversa na última reunião, nós tivemos a alteração no Edital, inserimos ali no Edital também o Pré I e II na excepcionalidade, para essas contratações então a Escola Estrela Guia do São Marcos, Fundação Itaqui, Patio Educar, Letrinhas Coloridas, Primeiros Passos – Carvalho, Estrelinha de Jesus e Betel, isso para as contratações

de Pré I e Pré II, operação de contratação para Pré I e Pré II. Para as novas contratações, nós temos 3 novas escolas que se inscreveram no programa, graças a Deus, estamos aí com bastante dificuldade, mas vai dar tudo certo. Já entra na nova contratação toda a relação, desde o Pré I do Infantil I até o Pré II, é a escola Dindon, CEI Semeando o Futuro e Pequeno Exemplar. E para a relação de renovações são aquelas que nós já temos os contratos que estão para vencer novamente aí, é a Escola Estrela Guia Unidade Costeira, CEI Betel e Estrelinha de Jesus. Essas últimas 3 aqui, nós vamos fazer a aprovação de renovação para Infantil I, II, III e IV. É isso, Ana.” A Presidente Ana segue: “Certo, alguém contrário a estas renovações, esses contratos, as escolas de contratação Pré I e Pré II, as novas contratações de Infantil I, II, III e IV, Pré I e Pré II e as renovações do Infantil I, II, III e IV. Alguém contrário? São 13 Unidades. Só se manifestem ali no chat, gente, por favor. Os dos PPPs tem 13 aprovações e a Aquisição de Vagas deve ser o mesmo.” Os Titulares aprovam. A reunião segue. Presidente Ana Lucia: “Então o próximo seriam os Processos das Escolas Particulares. O CEI Corujinha do Saber entra com uma Cessação, ela já não está em funcionamento, não é, Rodrigo? Ela não funcionou o ano passado também, acho que ela está desde 2020.” O Conselheiro Rodrigo confirma e explica: “Na verdade, no ano da pandemia, quando começou a pandemia eles já começaram a ter certas situações e fecharam lá no ano da pandemia, mas que nós conseguimos ter contato e conseguimos toda a documentação, foi agora este ano para fazer a Cessação.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues dá continuidade: “Esse processo já era para ter sido feito, mas eles demoraram e nós soubemos lá desde 2020 que eles estavam com dificuldades porque com a Pandemia os pais acabaram tirando das escolas e algumas escolas acabaram tendo a sua Cessação, ela tem que fazer o processo, entrar e pedir o encerramento mesmo através do Conselho. Alguém contrário a essa Cessação?” Sem nenhuma manifestação contrária, é dado como aprovado. A Presidente Ana prossegue: “De mudança no Quadro Societário temos o CEI Mundo Criativo, você quer falar, Rodrigo?” O Conselheiro Rodrigo responde: “Do CEI Mundo Criativo não, Ana. Somente que eles até são um CEI que estava com algumas complicações pela antiga mantenedora e fazer a abertura, manter, tudo que nós estávamos pedindo enquanto Estrutura, e conseguimos as Legislações, a antiga dona resolveu vender para uma pessoa e agora está tudo regular, eles estão trocando a mantenedora e está ***corte na gravação*** processos.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues questiona: “Certo, e a mudança de mantenedora da Educando para o Futuro, você quer falar?” O Conselheiro Rodrigo responde: “O Educando para o Futuro é a mesma coisa, Ana.” A Presidente Ana Lucia acrescenta: “Ela está trocando de mantenedora, é um contrato novo, é uma nova aquisição. E aí nós temos o credenciamento para oferta da Educação Infantil do CEI Castelo Colorido, o CEI Cantinho Mágico e a autorização de funcionamento para oferta da Educação Infantil do CEI Castelo Colorido e do CEI Cantinho Mágico. Aproveitando, coloco para vocês que na próxima reunião e talvez eu tenha que fazer uma Extraordinária, eu venho trazer para vocês então, a questão do termo de colaboração entre Estado e Município, aí é sistema Estadual, esses temas municipais nós temos 20, 21 agora Municípios com Sistema que é Foz do Iguaçu. Mas logo teremos mais uns 5 que estou trabalhando e dando orientação, inclusive Piraquara que vem segunda-feira falar comigo e depois fará uma visita ao Secretário Municipal de Educação também para ver o funcionamento de Sistema, das quais eles também querem virar Sistema. E a conversa e a fala será sobre a questão das escolas particulares, hoje a nossa oferta, nossa obrigatoriedade é de autorização de funcionamento e credenciamento é com a Educação Infantil, com as escolas particulares. Então, nós estamos estudando de que as grandes redes passem para o Sistema Estadual. Passando as grandes redes para o Sistema Estadual, inclusive a Educação Infantil, no caso, por exemplo, o Bom Jesus da Stela, a Educação Infantil não ficará mais conosco, ficará com o Sistema Estadual. A questão autorização, credenciamento, ele passará todo para o Sistema Estadual. Essa é uma das questões colocadas no termo, a outra é o Conselho Municipal de

Educação de São José junto com a Secretaria, então o Sistema vai fazer a opção, se permanece somente com os CEIs (Centro de Educação Infantil) ou o outro termo seria, fica com o Centro de Educação Infantil e os anos iniciais do Fundamental. Portanto, vai ter essas duas opções para que o Sistema se reporte e assine, e depois vai ser o termo entre os Conselhos, Conselho Estadual e o Conselho Municipal que nós vamos assinar, e aí ter os termos também. Mas tudo bem apresentado para os Conselheiros do Sistema, tanto para o Conselho quanto para a Secretaria de Educação, no caso, Divisão de Estrutura e o Secretário para que a gente possa agilizar esse processo para iniciar já o próximo ano. Nós teremos algumas explicações, isso está sendo colocado nas cláusulas de contrato. Esse Regime de colaboração do Estado do Paraná, nós já temos um Regime junto com o Educa Junto, então ele vem para o Sistema também porque as Escolas Particulares como o Bom Jesus, ele acaba se reportando para dois Sistemas e nós temos aqui O Pequeno Polegar, o Acesso que antes era o Top Gun e o Adventista são as grandes Redes que tem até o Ensino Médio. Eles tinham que apresentar, fazer o seu credenciamento, a sua oferta e sua aprovação do Fundamental anos iniciais até o Ensino Médio ao Estado e o Infantil para nós. Então PPP's, calendário, tudo vem para nós. Eles tinham que se reportar a dois Sistemas, e agora com esse termo de colaboração eles passam a se reportar apenas a um Sistema. Aí a responsabilidade da Educação Infantil dessas Unidades ficará para o Estado, exatamente como funciona hoje o nosso Sistema aqui no Paraná. O Infantil e os anos iniciais são do Município e os anos finais e o Médio são do Estado. Isso só acontece aqui no Paraná, não tem nenhum outro Estado. E até no Fórum de Presidência, em Aracaju, um dos palestrantes do professor Jorge fez essa colocação de que os outros Estados deveriam fazer da mesma forma. Pela caminhada que se tem até pelo regime de colaboração que tem no Estado, por exemplo, no Referencial Curricular do Paraná, nós fomos o 1º Estado a concluir. E eu sempre digo assim 'Ou Paraná é o primeiro ou é o último', não temos um meio termo no Paraná, ou ele é destaque em primeiro ou ele é destaque em último. Nós somos o destaque em último de questão de Sistema próprio de Ensino. Então a maioria dos Estados, praticamente quase todos os Municípios já são Sistema e o nosso só temos 20, os outros 379, agora serão 378, não tem Sistema e ficam dependendo do Sistema estadual. Então, isso virá para a próxima reunião, nós estamos fechando, a gente fecha o documento, encaminha para a Comissão e segunda-feira nós já teremos uma discussão pela manhã e eu estou como responsável pela subcomissão nomeada pelo Conselho Estadual. Então nós estamos fazendo esse trabalho da melhor forma possível entre os 20 Municípios, hoje, que tem Sistema. Alguns Municípios não querem pegar os anos iniciais, querem ficar só com a Educação Infantil como Curitiba. Curitiba não tem condições mesmo, se eles forem pegar, eles têm quase 300 escolas públicas e já tem a Educação Infantil do Particular. Se eles forem pegar os anos iniciais, por exemplo, eles não tem condições, eles não têm equipe para isso. Porque, praticamente, as particulares de Curitiba são o dobro, aí não tem equipe. Eles estavam tentando esse termo desde 2018 com Curitiba e Curitiba resistiu. Então aí eles vieram para a UNCME pedindo através da Coordenadora Ana Lucia para que nós fizéssemos esse estudo com São José para ver se os outros Municípios e nós dissemos que tentaríamos com todos do Sistema, fizemos esse diálogo e foi montada essa Comissão também porque era uma Comissão em que o professor Nilson do Bom Jesus, ele já vinha conversando, ele falava isso aqui no nosso Conselho de toda essa dificuldade. E nós sabemos que realmente é uma dificuldade você ter que se reportar a 2 Sistemas e é diferente. O pessoal da Estrutura sabe muito bem, nós sempre tivemos um pouco de dificuldades porque o Núcleo pede uma coisa, aí São José pede outra, e aí nós temos essas dificuldades. Então, acabou dando certo, nós vamos conseguir, eu tenho certeza que vai dar tudo certo. Só lembrando que os Municípios não são obrigados a assinar esse termo, mas como nós temos um regime de colaboração aí, eu acredito que irá ser bem tranquilo. Não haverá problemas. Eu precisava deixar vocês a par dessas situações. Em relação aos processos das

particulares, eu acredito que não tenha nenhuma objeção. Estão todos aprovados?” Sem manifestações contrárias, os processos são dados como aprovados. A Presidente Ana Lucia Rodrigues segue: “Antes de passar para as correspondências, eu preciso fazer duas colocações importantes aqui, uma é do PSS, não sei se todos sabem, hoje foram convocados para se apresentar 300 professores aprovados. Eles estão trabalhando hoje desde cedo para que esses possam ser encaminhados no máximo em 15 dias para as Unidades de Ensino. Isso é um processo, nós sabemos que é um processo longo, mas também era um processo para ontem. E quem perdeu bastante, não é, Miliana? Foi a Educação Infantil. Nós nos preocupamos, fiquei bastante preocupada quando soube que algumas renovações de ampliações. O pessoal acabou saindo do Infantil e indo para o Fundamental. Eu fiquei bastante preocupada quando eu soube disso, eu não sabia disso, mas como diz a Miliana ‘Vai melhorar!’. Nós sempre pensamos que se você fez um contrato para ir, nós estamos falando de Educação, então aquelas pessoas que fizeram um contrato iniciando em um local, em uma Unidade de Ensino, ela tem que permanecer até o final porque ela está trabalhando com um processo de crianças, não é apenas um local de trabalho, nós estamos falando de um processo educacional, que deveria ter mantido o mesmo. Eu preciso só deixar registrado isso aqui em Ata, que é muito importante que as pessoas pensem nisso por uma questão até das próprias crianças. Esse é um processo que até deveria e deve ser respeitado porque as crianças tem um profissional que elas gostam e seria interessante a pessoa continuar já que fechou um contrato aí com o Município. Esses profissionais é que precisam refletir na hora que assumem uma Unidade, uma turma, uma Unidade de Ensino. A outra é, nós já discutimos e hoje a Leila está aqui. Leila você faz parte do Conselho Escolar aí do Pedro Fuss, e nós recebemos no início do ano aquele processo em relação a Libras. No finalzinho do semestre houve uma cobrança da Pedagoga da Unidade que ela queria trazer a Presidente da APM para conversar sobre a questão do Projeto Libras, de trazer o retorno da proposta do projeto, para que a Unidade então, a Escola Pedro Fuss, ela teve desde 2015 um projeto, mas foi um projeto de Escola com Libras em parceria com a Escola Ilza que está dentro do mesmo local. E esse processo iniciou-se porque as crianças tinham o mesmo contato, mas eles não sabiam conversar porque é uma linguagem diferente. Então, eles tinham dois profissionais lá que foram contratados, esses profissionais são cargos comissionados e havia até um horário, então eles podiam ajudar ou trabalhar junto com o Pedro Fuss, mas em uma proposta de Projeto da Escola, não com grade ou em horário de aula. E aí, quando a Escola Ilza acabou trabalhando aí no processo de ensino à distância, e quando se retornou esse ano, houve o pedido de que a Prefeitura desse o profissional que estava fazendo o trabalho com o Ilza e foi contratado para trabalhar para o Ilza, ficasse no Pedro Fuss para que fizesse esse atendimento. Nós conversando, colocamos que o Referencial Curricular do Paraná e o Referencial de São José, a própria BNCC não prevê como um componente curricular a linguagem de Libras, ela não está lá. Nós temos então para fechar a permanência o Inglês, esse é componente que foi aprovado para que houvesse esse trabalho. Então esse é o componente e não o Libras, e claro, eu fiz uma solicitação até porque o pedido veio com a assinatura do antigo Diretor e não da atual Diretora, mudou também algumas pessoas, alguns componentes do Conselho Escolar e aí não tinha essas novas pessoas, e nós acabamos fazendo uma solicitação. Só que na semana passada nós tivemos um problema, eu estava em Matinhos porque o Secretário e o Conselho solicitaram que fosse até para poder orientar em relação ao Sistema, eles também querem criar o seu Sistema de Ensino. Eles virão para Curitiba para conhecer o Sistema de São José, e a Raquel, o Luiz e a Milene, nossa estagiária, acabaram atendendo a Presidente do Conselho, e essa pessoa estava bastante alterada. Inclusive desrespeitou os três porque queria conversar comigo e não aceitava outra pessoa, porque ela queria tirar satisfações do porquê não ter o Libras. Eu não sei se a Raquel e o Luiz querem se pronunciar, mas eu não posso deixar de passar esse registro e depois colocar para vocês a conversa

que tivemos após isso. Leila pode falar: ” A Conselheira Leila se pronuncia: “Oi, Ana. Eu participei de algumas conversas em relação e eu me posicionei omissa em relação a isso porque eu penso que as crianças que estudam, por exemplo, na Escola Santa Rita ou outras ali próximo, eles também tem os mesmos direitos e foi isso que eu coloquei ali para o Conselho da Padre Pedro Fuss. Eu acharia interessante se fosse um projeto em contraturno ou de repente a noite, com uma proposta de alguém fornecendo essas atividades com as crianças. Eu não concordo com a maneira de como eles estão conduzindo a situação e no meu entendimento, eles acham que esse projeto que teve anteriormente é um projeto garantido por Lei, um projeto adquirido pela escola, é essa a fala que eles colocam. E não é bem assim, foi um projeto bacana que aconteceu na época, inclusive, eu acho muito legal porque eu tenho aqui na escola Libras no Pré II. As crianças gostam bastante, mas eu acho que o justo é justo, teria que ser em todas as escolas da rede. Não é justo que só aqui tenha e os demais não tenham o mesmo acesso. Então, eu me posicionei omissa porque é o que o grande grupo deseja e uma outra colocação também que eu coloquei, é que eu acho que antes do projeto, precisava rever a situação das crianças que estão com muita dificuldade, tem várias crianças com dificuldades principalmente em português e matemática com notas baixíssimas. Portanto, eu acho que mesmo antes de Libras, esse deveria ser a maior preocupação do Conselho, da APM, da Gestão, da Pedagoga. Esse é o meu posicionamento em relação à essa questão.” A Presidente Ana Lucia concorda, agradece a contribuição da Conselheira Leila e passa a palavra para o Conselheiro Luiz que inicia: “Reforçando ali também a fala da Leila na questão do que trava essa situação que é a equidade. Quando nós falamos, nós temos que ter por base o princípio da equidade, da isonomia uma vez que isso não faz parte do calendário, não faz parte do cronograma. Uma vez que houve a autorização lá atrás, houve essa autorização que não passou pelo Conselho, que é o único Órgão que consegue fazer essa alteração da grade, todos os Conselheiros sabem disso. E também tem a questão de estudos, podem ser feitos, podem ser elaborados, porém acontecia como um projeto que não tinha essa liberação, essa autorização deste Órgão aqui. Outra situação bem importante que é bacana deixar registrado na Ata é o seguinte, a mãe pontuou para nós até, a Raquel pode me corrigir, ela veio com uma fala muito forte no sentido de que o Conselho Municipal de Educação é contra esse projeto. Nós falamos que de forma alguma o Conselho se coloca contrário a esse projeto. Muito pelo contrário, o Conselho até parabeniza e acha importante ter esse projeto dentro do Município, mas que não é do jeito que está sendo feito. Teria que ser estudado e elaborado junto de uma forma diferente para que contemple a todos de uma vez e não apenas uma Unidade. A Raquel até vai falar ali na questão, ela também pontuou que estudou esse projeto, parabenizou também, mas a mãe ficou bem redundante nessa questão e também que fique registrado que ela trouxe uma inverdade na questão de dizer que nós, o Conselho, somos contrários a este projeto e também dizer que a Gestão atual é contrária a este projeto, pelo contrário, todos sabem que a gestão é aberta a ideias novas, nós estamos aí inovando, o Secretário sempre se coloca aí à disposição e a inovação, tanto que tem sido feito um trabalho diferenciado. É isso, Ana. E nós colocamos e pontuamos que nem a gestão atual e nem o Conselho Municipal de Educação se colocam contrários, mas que também nós não podemos deixar os princípios que eu acredito que são os mais fortes, os princípios da isonomia, da equidade para todos aí e também não deixar uma inverdade se concretizar no sentido de que o Conselho está contrário, eu acho que isso foi bem forte, uma fala bem forte dela. Não sei se foi dela ou se da entidade que ela estava representando, enfim, mas uma coisa que precisa deixar registrado é que nunca, nem o Conselho como um todo, muito menos a Presidente ou a equipe diretiva ficou contrária a esse projeto. Pelo contrário, nós achamos interessante e falamos para ela que cabe, porém dentro de um estudo muito maior.” A Presidente Ana passa a fala para a Vice-Presidente Raquel que se manifesta: “A minha fala acrescenta pouco ao que os colegas já antecederam e falaram que são coisas bem importantes. A única

questão que eu acho bem significativa foi nós na Educação de qualquer aspecto, de qualquer lado que vocês estejam vendo a história, ajudar a comunidade e os pais a entenderem coisas que os pais não são obrigados a entender. Então, nós temos que tratar com muita autonomia, autoridade e respeito a esses pais porque senão se constrói uma inverdade em cima de coisas aparentemente verdadeiras e depois fica muito difícil essas conversas. Porque essa mãe que veio falar conosco tinha clareza que estava aprovado, que era isso mesmo, que era certeza, que funcionou por tanto tempo e aí nós tivemos que fazer a limpeza entre aspas, em vários aspectos na conversa dizendo que naquele momento histórico se permitiu por várias razões, por N questões não foi possível, mas que a vida muda, nós temos que avaliar as ações e essa foi uma situação avaliada, e nesse aspecto, nesse momento ela precisa ser revista, não podia continuar como estava por várias questões. Então, eu acho que nós precisamos com todo respeito mesmo aos pais e a comunidade, não acabarmos com as iniciativas importantes, mas colocar essas iniciativas no devido lugar com as regularidades que precisam ser feitas. Acho que isso é bem importante.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues agradece manifestação de todos e acrescenta: “Eu só preciso colocar para vocês como foi a nossa reunião. Primeiro, as pessoas envolvidas, depois eu deixo você falar, Louise, só deixa eu fazer essas colocações. O Rodrigo colocou ‘Quem falou isso para ela?’, essa foi uma preocupação minha também, Rodrigo, porque envolve o nome, falou muito da Presidente do Conselho, em vários momentos ela já havia falado que a Presidente do Conselho, isso ela falou para a Milene, que ela conversou comigo por e-mail, ela nunca conversou comigo por e-mail, que entrou em contato comigo e eu não atendi, mentira ela não entrou em contato comigo. E assim, algumas inverdades, algumas coisas colocadas e aí o que eu fiz? Fui conversar com o Secretário para que nós marcamos uma reunião com a Diretora atual da escola Pedro Fuss, com a Pedagoga e com o Diretor antigo porque ele também estava no meio das falas de que estaria ajudando para que houvesse esse processo. Inclusive, até os pedidos veio no nome dele, não veio no nome da nova Diretora. Então, nós fizemos uma reunião na semana passada, nós conversamos, isso foi na sexta-feira já no final da tarde, já havia passado do horário e a nossa conversa foi principalmente para perguntar, primeiro eu falei com o Vitor e perguntei sobre quando saiu na televisão, e essa era uma ameaça da mãe de que como saiu na TV, ela iria para a TV, iria no m Ministério Público e iria falar que a Secretaria e o conselho não estavam permitindo, não queriam mais o projeto. Então, eu disse: ‘Primeiro, Vitor, quando saiu na televisão, eu perguntei para você enquanto Conselho Municipal Educação, quem autorizou?’ porque isso saiu em 2017, como esse projeto estava funcionando sem o Conselho, sem a autorização do Conselho. Aí eu disse: ‘Você lembra a resposta que você me deu e eu concordei com você? De que é um projeto da escola, a escola pode fazer vários projetos e que não estava interferindo na grade curricular, era feito no contraturno e era uma integração das crianças.’ Eu disse: ‘Perfeito, tudo certo.’ e ele concordou comigo com a fala que ele fez e ele lembrou. Certo. Aí deu disse assim: ‘Pois é, só que aí foi caminhando outro processo e agora está vindo para cá, para que a Secretaria e o Conselho resolvam. E se nós não dermos um Parecer favorável, tem ameaças que é crime, isso sabemos também. Então, se é um projeto que foi criado na escola como dança, skate, judô, e se eu pego profissionais voluntários, quem fez isso? Quem aprovou? Foi a escola. Foi o seu Conselho Escolar e não a APM, seu Conselho Escolar porque não é atribuição da APM ir atrás desses processos. Então se aprovou, ela pode tocar. Agora, vão querer que a Secretaria e o Conselho contrate um profissional para dar skate, para dar judô, gente, não tem condição! Eu conversei com a Diretora e disse que eu nunca conversei com a Pedagoga sobre esse processo, ela veio entregar aqui e eu não estava, tentou entrar em contato comigo pelo WhatsApp, só que são questões que nós não falamos pelo WhatsApp, vocês sabem disso porque envolve um compromisso muito grande, por isso nós não falamos. Nós precisamos conversar pessoalmente, principalmente em uma situação difícil em que está. E eu falei para ela ‘Olha, como autorizar enquanto Conselho, e eu estou falando como Ana

Lucia, não em nome do Conselho, como autorizar o funcionamento visto que, nós vimos as avaliações apresentadas da prova São José, da prova Paraná e ver que o rendimento das crianças do 4º ano caíram muito e que são crianças que estão com todas as médias abaixo, todos os componentes, e que precisa sim de profissionais a mais lá, e de pensar com equidade então. Não entra nem o princípio da igualdade. E aí irá ofertar, vai acabar contratando para o Pedro Fuss da qual tem um nível muito mais alto do que os nossos alunos na rede, ofertar um professor de Libras sendo que as demais estão precisando de professor e eu acredito que lá também precisa de um professor de reforço para poder recuperar o que nós falamos de recuperação de aprendizagem. Esse é o maior foco do Conselho Nacional de Educação, das Secretarias e precisa deste investimento e não no Ensino de Libras. Não que ele não seja necessário, mas nesse momento nós temos prioridades. Se nós colocarmos Libras no Pedro Fuss, nós temos que colocar para os demais. Pensar em um projeto de escola e que a escola é diferenciada, é da escola. Foi isso que nós acabamos colocando e foi isso que eu coloquei, não tem como ser diferente. Se a escola iniciou como projeto é lá da escola. Não tem como vir trazer para a Secretaria e o Conselho resolver. A Diretora concordou, ela disse 'Realmente, Ana, porque foi feito algumas anotações e nós encaminhamos para a Cris como resposta de e-mail da Cris que era da escola.' E aí foi feito foto, colocado no grupo, a mãe chegou com essa foto e nós colocamos as questões de LGPD porque isso não pode acontecer, o Secretário tinha feito uma manifestação perguntando se existia a previsão de contratação de um Servidor Professor com cargo de Libras e não tem, nós não temos. A Secretaria não pode, não tem como a Secretaria colocar lá uma pessoa para trabalhar se não existe esse cargo. Então não tem essa contratação e assim como o Pedro Fuss e como a Leila falou, o Santa Rita poderia querer também, o Narciso Mendes, o Antonio Franco, e aí? Como é que nós iríamos fazer? Nós temos que pensar nisso, mas neste momento a aprendizagem é prioridade. A própria Diretora colocou que o Conselho Escolar pensa nisso, como a Leila falou nas questões de recuperação. Então a pauta era muito mais da Presidente da APM e da Pedagoga, portanto, a Diretora irá fazer uma reunião com o Conselho Escolar e nós solicitamos isso para ela, provavelmente amanhã, sexta-feira, e o Secretário vai participar também dessa reunião e fazer essas colocações para as famílias, o que é prioridade hoje para eles enquanto família e tem uma preocupação muito grande dos pais, principalmente os pais do Conselho Escolar na recuperação de aprendizagem. Então eu trouxe isso aqui para vocês terem conhecimento, a Leila colocou mais algumas questões que nós não sabíamos, que a proposta de termo contraturno é feito por sorteio entre as crianças e aquelas que não conseguem entrar ficam chateadas. Isso também não pode acontecer. Isso é uma questão muito séria. Se eu quero apresentar um projeto, eu tenho que dar conta de ter esse projeto para todos, a todos aqueles que estão interessados. Se eu vou deixar de fora, eu tenho que ter bastante cuidado. Se a APM quiser cuidar disso, ela vai cuidar então da contratação de um professor, de um profissional que eles, enquanto APM, irão contratar e pagar um horário aí para que eles façam esse trabalho no contraturno. Foi, Marilza, foi bastante confuso porque nos envolveram, envolveram o Secretário, envolveram o Conselho, o meu nome e o nome do Aldrian estavam detonados sendo que iriam colocar na televisão, no Ministério Público e eu falei para a própria Diretora: 'Quer colocar meu nome na televisão, no Ministério Público, não tem problema. Só não vou concordar com a ameaça dela porque ameaça todos sabem que é crime.' E segundo, nós temos como nos justificar porque principalmente agora depois da Pandemia, o que é prioridade na Educação. Então, tem que ter bastante cuidado. A Louise havia pedido para falar e eu pedi para ela aguardar um pouco." A Presidente Ana Lucia Rodrigues passa a fala pra a Conselheira Louise que inicia: "Obrigada, Ana. Eu só fiquei com uma dúvida, mas conforme você foi falando, foi me esclarecendo ali o que foi o auge da confusão. Porém, eu ainda fiquei com uma dúvida na questão ali do que diferenciou e em que momento se confundiu o que é direito e o que é exigência de um projeto que era escolar e interno. Ficou divergente, ficou confuso isso porque pelo

o que eu entendi, você falou que eles criaram um projeto interno dentro da escola que não precisava de nenhuma autorização grande e deu certo, foi legal aquilo e de repente eles expandiram aquilo exigindo que a Secretaria assumisse aquela responsabilidade para se manter o projeto. Quer dizer, o que era uma coisa que começou com um voluntariado e de repente foi exigido, quiseram impor para a Secretaria que fosse pago um profissional, que se fizesse, não é? E é uma coisa complicada porque dentro da Lei Brasileira de Inclusão, nós sabemos que enquanto Lei Federal, se a criança com Deficiência Auditiva está dentro do Ensino Regular e ela precisa de um tutor que seja intérprete de Libras, e o Município não tem, a família, claro, pode exigir, mas isso é um direito particular que tem que entrar toda uma questão tanto administrativa, se precisar entrar Ministério Público como a mãe citou ali, mas isso é uma questão pontual de cada dificuldade de cada necessidade de cada criança. Mas pelo o que eu entendi que você está falando, é que está sendo exigido que a Secretaria banque profissional para dar continuidade a um projeto interno da escola. E é uma coisa que não tem nada a ver com a Lei Brasileira de Inclusão, não tem nada a ver com direito e é complicado essa situação mesmo. Agora eu entendi.” A Presidente Ana Lucia comenta: “Além disso, eles querem que o Conselho dê autorização para que o Libras seja colocado no horário regular de aula. É isso que eles realmente querem do Conselho. Se nós não fizermos, porque deu certo, nós é que estamos errados. Então a denúncia viria para cima tanto do Conselho que não quer autorizar, quanto para a Secretaria que não quer dar o profissional. Os dois profissionais foram contratados para trabalhar com a escola Ilza que vai sair de lá porque ela já vai fazer a mudança para um local maior e mais adequado, e ela vai atender também no contraturno, vai ser de forma integral, aí precisa desses profissionais. A Pedagoga e mais algumas mães não aceitam que esse profissional saia e elas querem que venha um profissional para eles, mas que seja esse profissional que atendeu. Não querem outra pessoa. E aí entra outros assuntos que nós acabamos vendo também, são mais particularidades e nós fazemos um filtro da situação. O que admira bastante é que, a Pedagoga foi diretora do Departamento do Ensino Fundamental e foi Chefe do RH na Secretaria de Educação, então ela sabe exatamente que as coisas não caminham dessa forma. Mas também sabemos que ela quer prevalecer a vontade dela. Infelizmente tenho que colocar isso porque foi a colocação feita também pelos dois Diretores que é muito difícil. Esse diálogo amanhã será difícil, peço, Leila, que você participe lá, não só como representante do Conselho Escolar, mas como membro do Conselho, e depois traga para gente como foi, mas que coloque aí o quanto é difícil trazer isso para que agora, depois de tudo resolvido que a escola fez, agora eles querem que a gente tome frente e autorize de qualquer forma, que o Conselho autorize e obrigue a Secretaria a contratar um profissional. O que o Conselho Escolar e a Diretora trouxe é que o Conselho quer profissionais para recuperar a aprendizagem das crianças. Então esse acerto ficou para fazer lá, e não a APM porque não é essa a tarefa da APM.” A Conselheira Louise questiona: “Uma pergunta, essa mãe, o filho dela que é estudante lá, tem deficiência auditiva e está dentro do Ensino Regular do Ilza?” A Presidente Ana responde: “Não, que eu saiba ele é do Pedro Fuss.” A Conselheira Louise continua: “Mas o filho dela não tem deficiência auditiva?” A Presidente Ana Lucia responde: “Não, ela está lutando para que esse atendimento venha para o Pedro Fuss.” A Conselheira Louise compreende e a Presidente Ana Lucia Rodrigues prossegue a reunião: “Não é um direito para uma criança de Inclusão, é um direito que ela quer colocar somente para os alunos da escola Pedro Fuss.” A Conselheira Louise comenta: “Não é um direito, é uma imposição.” A Presidente Ana concorda e passa a palavra para o Conselheiro Luiz que inicia: “Isso mesmo, é uma imposição que está se querendo colocar em cima de um projeto bom, excelente como já foi colocado para a própria mãe, nós falamos e frisamos, mas eu acho que é importante colocar, Ana, depois de todas as suas falas, depois de todas as falas dos colegas referentes ao assunto, que em momento algum nós nos exaltamos ou nos excedemos na fala, nós a atendemos com muito respeito,

com muito carinho, com muita inteligência nas respostas. Então, assim, claro, sempre contornando a situação porque realmente ela foi bem impositiva ali com a Milene, quando eu cheguei na sala ela também já estava ali na sala sendo impositiva. Eu tive que sair, a Milene ficou lá porque eu tinha uma reunião com o Secretário e ela ficou ali mais impositiva, mas o importante é deixar registrado na Ata que nenhum de nós 3, nem a Raquel enquanto servidora, nem a Milene enquanto estagiária do Conselho e eu também, tratamos ela de forma grosseira, pelo contrário, nós recebemos grosseria e entregamos ali uma fala coerente, uma fala amável, entendeu? Entendemos que nos foi tentando colocar em contradição, não é, Raquel? Mas nós mantivemos e insistimos e colocamos. Eu só acho importante registrar na ata para que caso seja preciso lá na frente, sem problema nenhum responder isso diante do Ministério Público, até porque a conversa foi muito bem esclarecedora, a conversa foi muito bem pontuada, muito educada, e eu entendo que essa mãe realmente ali foi usada no sentido ali de um projeto bom para outros fins. Isso é uma fala minha Luiz, não tem nada a ver com o Conselho ou com a Secretaria. O importante é registrar que em momento algum houve por parte do servidor ou por parte do Conselho, muito pelo contrário, nós atendemos com muita educação, com muito carinho e sim, tentamos manter uma boa conversa até aonde ela permitia. Ela sempre impositiva dentro da razão dela, e não era a razão Legal porque o que ela sempre frisou é que ela não se importava com as demais, ela queria saber da escola do filho dela. E ela não tem o filho com essa deficiência, pelo menos não nos pontuou. E outra coisa também, ela disse que era para todos, mas a Leila está me pontuando aqui que não, que era feito um sorteio e crianças ficavam de fora. Ela disse que todos participavam, foi isso que ela pontuou várias e várias vezes, aí que nós falamos do princípio da equidade e da isonomia. Você está sendo isonômica com todos os alunos, mas a questão das outras escolas também quererem esse projeto para dentro dela caso o Conselho aprove. Essa foi a situação.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues passa a palavra para a Leila: “Só esclarecendo ali, no início ela veio com uma proposta de contraturno e no ano passado essas aulas foram ministradas na grade inglês porque não tinha o inglês. Então é por isso que a família entende que é algo adquirido, que é algo que a escola adquiriu, e esse ano está tendo esse inglês, então, por conta de ter o inglês, não tem como substituir Libras no inglês. É esse o pensamento dela, portanto, todos participavam. No contraturno não tem sala para a escola inteira fazer no contraturno. Aí é feito o sorteio, existia vários projetos ali dentro da escola e a família optava, abria lá 20 vagas e a família escolhia por sorteio e a criança ia e participava. Mas no ano passado realmente todos participaram porque era feito durante as aulas de inglês. Esse ano está tendo inglês na grade, então não está tendo a Libras. É esse o entendimento da mãe, é por isso de toda essa confusão. Eu não sei como ela chegou a essa conclusão, mas ela não entende. Ela entende que tem que ter sim, que é adquirido e realmente eles querem dentro da grade. Foi até pensado em entrar 15 minutos mais cedo e sair 15 minutos mais tarde, e que também não vai dar certo, mas é esse o entendimento dessa mãe.” A Presidente Ana Lucia contribui: “Isso não chegou para o Conselho que estava sendo ministrado dentro da grade curricular porque senão nós já havíamos cortado. Foi autorizado, nós conversamos sobre isso na mesa quando nós conversamos na reunião, que deveria ter sido feito um pedido de autorização para que isso acontecesse porque as aulas não presenciais e as atividades a distância foram muito bem colocadas pelo Conselho e não estava Libras. Portanto, o erro foi grave. Nós colocamos e agora já passou só que a previsão é que iria acontecer esse problema mesmo durante esse ano. Raquel.” A Vice-Presidente Raquel se pronuncia: “Eu só queria ratificar isso que o Luiz falou que foi bem importante nós contornarmos a situação com a mãe, foi bem difícil pela condição que ela chegou. Mas nós contornamos com todo o respeito como cidadã e pai de uma criança nossa do Município. Realmente o que ficou na cabeça dessa mãe e ela falou isso várias vezes, que era como um doce que foi dado a uma criança e depois tirado, então, nós percebemos que faltou no decorrer do processo a responsabilidade de algumas pessoas que tinham acesso a essa mãe, a trazer

informações importantes porque ficou essa ideia de deram e agora tiraram. Então nós tivemos que muitas vezes explicar isso para a mãe, mas fazendo a ressalva também que nós entendemos do projeto que teve sucesso, foi uma coisa importante, foi legal, deu certo, mas que em nenhum momento nós estamos contra isso que aconteceu, porém, realmente a questão é toda estrutural e histórica de como o ocorrido.” A Presidente Ana Lucia agradece a colocação da Vice-Presidente Raquel e segue : “Leila, você tem reunião amanhã? É isso? Porque o combinado foi que a reunião seria amanhã de manhã.” A Conselheira Leila responde: “Então, eu não recebi ainda a convocação, eu até vou perguntar, vou mandar uma mensagem para a Diretora perguntando se realmente vai acontecer.” A Presidente Ana então diz: “Pergunte no particular e aí você diz ‘Eu sou membro do Conselho, a Ana colocou o que aconteceu na reunião. Ela precisou colocar porque foi um envolvimento de 3 membros do Conselho e aí teve a reunião também.’ E pode dizer para ela que nós colocamos que você iria estar presente e qualquer coisa você estaria representando o Conselho Municipal de Educação, está bem? Vamos estão as correspondências e nós já podemos encerrar. É importante colocar aqui para vocês que saiu no dia 25 de abril a Lei complementar nº 155 de julho de 2022, e ela vem complementar mesmo a situação dos cargos comissionados que não conta lá no nosso estatuto. Essa lei veio para colocar que as pessoas que são contratadas para cargos comissionados, elas tem essa formação para a função que ela está sendo contratada. Então, por exemplo eu Ana Lucia sou contratada como Pedagoga e eu sou um cargo comissionado, e vou pedir para trabalhar como chefe do hospital São José, não tem nem cabimento. A pessoa tem que ter a formação e é isso que vem regulamentar e dá um tempo para as pessoas se organizarem. A nomeação e a exoneração é de livre competência do poder executivo. Isso vai ter em qualquer situação pública, qualquer Rede, que seja Prefeitura, Estado, Governo Federal, qualquer Governo vai ter os cargos comissionados. E a partir do momento em que eles entram, eles são servidores públicos como nós. A única diferença é que nós somos estáveis e eles não, eles podem sair. Mas são servidores públicos também. Aqui tem algumas regulamentações referentes a essas contratações dos cargos comissionados. Também aconteceu o evento do Fórum dos Presidentes, eu não sei quem conseguiu assistir, foi transmitido, eu acabei ficando em uma mesa superimportante que não falava somente sobre sistema, mas da Educação em si. Eu até brinquei que eles haviam feito uma mesa realmente e no dia seguinte, que seria a que eu estaria coordenando, mediando, eu pedi que colocasse os sofás do hotel porque ficava um pouquinho melhor para o atendimento das pessoas porque ficava mais confortável do que uma cadeira, e aí eles brincaram e depois eu brinquei também que a Fátima Bernardes e a Patrícia Poeta estavam com inveja de mim porque eu tinha um público muito maior e tinha no YouTube também. Mas era um encontro com Ana Lucia na UNCME. Mas foi muito interessante, foi uma das mesas de atividades mais importantes ali. Foram dois dias importantes para quem faz parte do Conselho. Nós realmente discutimos as questões muito fortes de recuperação de aprendizagem e as questões do FUNDEB do qual estou como Presidente também, e tem questões muito importantes como ela está sendo colocada e eu conversei com o Secretário que nós temos um prazo pela nova Lei do FUNDEB, da inserção de uma nova Lei de Diretores. Eu até coloquei isso também na reunião de Diretores do Fundamental da qual fui convidada a participar, de que até o dia 15 de setembro nós temos que fazer essa inclusão no MEC, que é o sistema do Governo Federal, então nós vamos ter que olhar e analisar. O Conselho já fez, nós fizemos as nossas contribuições o ano passado, que era do Conselho lembra que nós fizemos referente a Lei de Diretores. Inclusive, essa questão não haver mais indicação e isso vem pelos próprios critérios de organização das Leis de processos seletivos e não é Lei de eleição, é de processo de escolha de diretores. Ele coloca exatamente isso, se não houve quórum, que seja, porque nem estamos falando mais em quórum, mas se não teve naquela Unidade, naquele momento, candidatos para esse processo de escolha, é previsto um novo momento de eleição, de processo

seletivo para assumir essa Direção. Eles colocam um novo período e o mandato é o para os demais como é no Conselho, cumpre até o mandato que falta. Se é 1 ano que está faltando, se é 2 anos, se é 2 anos e meio, vai parar cumprir o que é dos 3 anos. Outros critérios que alguns Municípios têm colocado e que eles têm orientado, nós não sabemos se é obrigatório ainda ou não, é de que sejam um processo de 4 anos sem direito a reeleição, e sim de haver trocas. Mas também de que tenha o critério de desempenho e mérito. Essas coisas vêm do Governo Federal, vocês sabem que é bem complicado, não quer dizer que a gente apoie, mas que está sendo como obrigatório. E se não fizer, mexe nos recursos do FUNDEB. Então é o que vem da lei do FUNDEB. Eu fiz essas colocações para o Secretário, eu tenho reunião semana que vem, eu estive em Brasília essa semana. Segunda-feira eu me apresentei ao MEC como Presidente, conheci o Secretário da Educação Básica, que nós conversamos, e na próxima semana eu tenho reunião do FUNDEB e falei que irei solicitar, enquanto Presidente do Conselho, vou levar essa proposta da prorrogação deste prazo porque os Municípios realmente estão correndo muito. Até o dia 15 de agosto os Municípios tinham que fazer a isenção, a inclusão do seu currículo com a homologação do Conselho, todos aqueles que têm sistema. Os que não têm sistema vai para o Conselho Estadual e ainda assim no Paraná tem mais de 100 Municípios que não fizeram isso. Imagina agora com uma Lei que falta aí um mês e pouco, mas para estudo tem que ir para a Câmara dos Vereadores. Então nós teremos que pedir a prorrogação, eu já conversei com ele, o pessoal do SIMEC não aceitou que eu iria apresentar essa proposta dizendo que não, e eu conversei com o próprio Secretário e ele disse 'Ana, então vamos apresentar isso na próxima reunião do FUNDEB e nós fazemos um documento solicitando essa prorrogação desse prazo. E tem que ser no mínimo mais um mês, 15 dias não irá suavizar nada. Isso vai mexer com os recursos para o próximo ano do VAAR (Valor Anual por Aluno). Se o Município não fizer isso, ele não receberá os recursos do FUNDEB, isso é muito complicado. Eu precisei colocar isso aqui para vocês. Eu recebi sobre um curso do FUNDEB, isso eu vou passar depois para o Conselho do FUNDEB, mas é um curso muito caro, ele não está como um recurso, um curso, digamos assim, diferenciado, ele coloca algumas coisas que nós temos já até pelo nosso manual de orientação, mas que ele tem a previsão da CNM que é a Confederação dos Municípios, junto com a UNCME de fazer um curso para os Conselheiros do FUNDEB. Assim como teremos algumas orientações agora para as eleições dos Conselhos do FUNDEB porque os Municípios, mesmo eles tendo entrado em 2020, eles terão que fazer a troca agora, é obrigatório porque é isso que diz a Lei que é o 3º ano do Prefeito ou da Prefeita do Executivo dos Municípios. O Governo Federal e do Estado é o 3º ano, mas agora eles irão entrar como 1º ano, então quando estiver indo para o 3º também terá que ter a própria eleição. A Escola São Francisco entregou o seu Plano de Ação de Gestão, entregou a cópia da Ata, era a única Unidade que estava faltando porque fez a apresentação lá do seu Plano de Ação para os pais. O Centro Municipal de Educação Santa Maria de Los Angeles trocou de Gestão. Os Gestores foram trocados, eles encaminharam então um protocolo com a cópia da transição que foi feita, eles respeitaram. Então trocou a Gestão, a Direção e Direção Auxiliar, eles então fizeram a transição e encaminharam para nós aqui, e nós vamos encaminhar para a Educação Infantil. Acredito que eles já tenham, mas nós também vamos estar fazendo esse encaminhamento. Já tem a precisão, vou passar para vocês para pensarem e para em setembro nós não termos problemas, em setembro eu vou fazer a pergunta de quem realmente quer participar do Encontro Estadual da UNCME, estava para ser em Cascavel. Eu conversei com a Presidente do Conselho de Cascavel e eles disseram que não foram consultados, e que preferem que não seja lá. Isso foi um convite feito pela Secretaria. Então esse ano seria aqui realmente na região metropolitana e nós temos trazido isso muito para São José. Por vocês, podemos fazer o nosso encontro Estadual aqui em São José do Pinhais? Estou colocando isso em votação. Aí eu também tenho que conversar com o Secretário. Alguém contrário? Possivelmente em outubro porque eu tenho que

convocar em 60 dias, depois das eleições.” Sem manifestação contrárias, é dado como aprovado o Encontro Estadual ser em São José dos Pinhais. A Presidente Ana Lucia Rodrigues segue com a reunião: “Então faremos aqui em São dos Pinhais. O Encontro Nacional, eu recebi hoje, já está marcada a data, 16 à 19 de novembro, logo depois do feriado, quarta, quinta e sexta-feira, o feriado é segunda e terça, recesso 14 e feriado 15. Será em Cabo de Santo Agostinho no Pernambuco, local Vila Galé eco Resort. Será em um resort. E aí vocês vão pensando quem gostaria de participar para nós fazermos essa colocação, fazer essa verificação e já passar os nomes da Secretaria de Educação com no mínimo 60 dias antes porque como é novembro, em setembro nós já temos essa previsão e aí nós veremos que são os Conselheiros que gostariam de participar e se tiver que fazer sorteio, nós fazemos sorteio também, está bem? Portanto, vocês vão pensando para que em setembro a gente possa pegar esses nomes e fazer imediatamente o encaminhamento. Depois nós temos a CONAE também em Brasília e já foi previsto para 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro, mas são os Delegados que já estão com os nomes lá na página do Fórum. O Rodrigo, a Raquel, a Miliana e eu aqui do Conselho que irão fazer parte e que são Delegados que irão para a CONAE, para a nossa 4ª Conferência Nacional de Educação. A Presidente Ana permite a fala da Vice-Presidente Raquel e a mesma inicia: “Eu só queria deixar registrado, acho que é importante nós registrarmos a importante participação sua, Ana, lá em Brasília representando todo o Município e o Conselho também. Acho que isso é bem legal porque deixa em evidencia tanto o trabalho, a sua participação e a sua responsabilidade com o Conselho em várias questões da Educação no Município. E é muito importante também esse trabalho para o Município que traz uma evidencia, então isso nós deixamos registrado como voto de louvor mesmo e de reconhecimento pelo trabalho. Achei interessante colocar isso.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues responde: “Muito obrigada, eu estou tendo o apoio do Secretário, ele até pediu para eu encaminhar as fotos, hoje eu recebi as fotos oficiais também para ele colocar lá nas páginas da Secretaria. E a nossa Prefeita também disse que está se sentindo muito orgulhosa pela representação que nós estamos fazendo. Então, teve uma solenidade da UNCME na Câmara dos Deputados lá em Brasília, eu tive fala, eu fui para a mesa e claro que nós destacamos o nosso Município, e falei do nosso Conselho que eu me sinto muito honrada de fazer parte do nosso Conselho de São José do Pinhais. Eu disse: ‘Agora todo mundo vai conhecer São José do Pinhais porque eu não me cansarei de falar de São José dos Pinhais. O Datena que se atente, a vingança está aí. Nós teremos também no Senado, que foi uma conversa que eu tive com o Senador, então também teremos o nosso movimento do Senado e nesse do Senado, eu já falei com o Secretário que eu gostaria que a Prefeita e ele estivessem presentes porque nesse da Câmara dos Deputados esteve Secretários e Prefeitos. Portanto, nesse do Senado, avisar com antecedência para que eles também possam participar e estar lá junto conosco. Eu agradeço vocês, muito obrigada pela reunião de hoje. Provavelmente nós tenhamos realmente uma reunião Extraordinária, semana que vem estarei em Brasília para a reunião do FUNDEB, faço junto com o Secretário da Educação Básica. É uma reunião online, mas eu como Presidente tenho que fazer presencial junto com o Secretário. São essas as colocações.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues agradece a presença e participação de todos, tiram a foto, todos despedem-se e a 6ª Reunião Ordinária do Pleno encerra-se. Eu Luiz Carlos Costa da Silva encerro esta ata, que será assinada por mim e pela Presidente conforme Deliberação CME/SJP nº 11/2020.